

Reagan: uma outra estratégia para dívida

A.M. PIMENTA NEVES
Nosso correspondente

WASHINGTON — O presidente Ronald Reagan, no relatório econômico enviado ao Congresso, ontem, afirma que a atual estratégia para lidar com os países endividados não garante o fim das crises e recomendou que ela seja reforçada mediante instrumentos que reduzam a instabilidade do sistema.

O relatório, preparado pelo Conselho Econômico da Presidência chefiado pelo professor de Harvard, Martin Feldstein, observa que uma maneira de atenuar o peso do ajuste realizado por esses países seria aumentar o nível do financiamento e assim permitir que importassem mais. O aspecto negativo óbvio do recurso a esse instrumento seria o aumento da dívida acumulada e a perda do incentivo para que o país ajuste sua economia.

“Há uma alternativa mais promissora para aliviar a carga do ajuste, que está sendo implementada no caso do México em 1984. Os bancos em vez de aumentar o novo empréstimo ao México em 1984, estão reduzindo-o em relação aos níveis de 1983, mas estão concordando em baixar a taxa de juros e as comissões cobradas”, diz o relatório. Essa redução diminui a exposição dos bancos em relação ao que poderia ser e ao mesmo tempo eleva a probabilidade de que eventualmente serão plenamente ressarcidos. “A posição do México melhora porque, para um determinado superávit comercial, pagamentos de juros mais baixos significam menor déficit em conta corrente e assim menor nível de endividamento no final do ano.”

Para o presidente e seus assessores, entretanto, qualquer melhora nas condições que os bancos oferecem deve ser vinculada a bom desempenho por parte do devedor. Caso contrário, os efeitos poderiam ser perversos, com a redução dos incentivos para a correção das falhas administrativas por parte dos governos.

Numa síntese que fez do relatório, durante depoimento no Congresso, ontem, Martin Feldstein afirmou que o progresso realizado pelos principais países devedores até 1984 foi alcançado em grande parte à custa de “reduções insustentáveis” no consumo, investimento e estoques de insumos importados.

“O progresso futuro terá de tomar a forma de crescimento liderado pelas exportações”, disse Feldstein. “O prosseguimento de uma forte recuperação nos países industrializados é essencial ao aumento das exportações das nações devedoras. É também importante que não construamos barreiras protecionistas para impedir a entrada dos produtos que têm para vender.”

Posteriormente, em conversa com jornalistas, Feldstein reafirmou ser fundamental manter os mercados industrializados abertos para as



Arquivo

Melhores condições dependerão do bom desempenho do devedor

exportações desses países. Mas disse que essas nações têm de ajustar suas economias a fim de que suas exportações sejam competitivas sem subsídios. No relatório, observa-se que no passado alguns desses países erraram na política cambial, mantendo elevado o valor de sua moeda em relação ao dólar. Mas reconhece também que o alto valor tem prejudicado a receita de exportação do Terceiro Mundo, especialmente a de matéria-prima.

Mais adiante, diz o relatório que “a maneira óbvia de elevar o preço dos bens comercializados em relação aos não-comercializados é a desvalorização da moeda. As desvalorizações causam aumentos correspondentes imediatos nos preços dos bens comercializados pelo menos no caso de produtos agrícolas e minerais”, continua. Mas, observa, não há razão para que as desvalorizações se reflitam total e imediatamente nos salários e nos preços dos bens não comercializados (internacionalmente). “É sempre mais fácil conceder às empresas o incentivo para exportar mediante redução dos salários em relação aos preços dos bens comercializados, do que pela redução dos salários em relação ao nível geral de preços”, afirma o relatório.

O relatório diz que vale a pena sublinhar que praticamente todos os principais países latino-americanos, “os exportadores de petróleo assim como os importadores de petróleo, os que seguiram políticas monetaristas e de mercado livre assim como os que aumentaram a taxa de crescimento dos meios de pagamentos e expandiram o papel do governo na economia. Isso sugere que, em re-

trospectiva, o fator chave, comum a todos, foi o fato de que se endividaram profundamente, antes de tudo”.

Mas é verdade, contudo, prossegue o documento presidencial, que a Coreia do Sul e outros países asiáticos que se tornaram tão endividados como muitos na América Latina (com base na razão dívida/produto), enfrentaram problemas menos severos nos anos 80. O que distingue a Coreia do Sul e outros devedores asiáticos “não é o grau de intervenção governamental na economia interna, mas o grau de orientação exportadora”. As exportações de bens, serviços e transferências privadas representam 44% do PNB (Produto Nacional Bruto) na Coreia do Sul, resultado de 20 anos de vigorosa promoção das exportações.

“Em contraste, (essas exportações) representam 17% do PNB do México, 16% do PNB da Argentina e apenas 8% do PNB do Brasil”.

A partir de 1984, progresso adicional dependerá de maneira crucial da expansão das exportações e não de novas contrações das exportações. Essa contração é que foi responsável em grande parte pelos saldos comerciais favoráveis que os países devedores têm apresentado.

O relatório revela a preocupação do governo americano com os efeitos dessa contração sobre a balança comercial dos próprios Estados Unidos. “A perda dos Estados Unidos nas exportações líquidas para a América Latina foi de aproximadamente US\$ 21 bilhões de dólares”, entre 1981 e 1983, mais do que para o Japão (US\$ 4 bilhões) e para a Europa Ocidental US\$ 12 bilhões, assegura o documento.